



Senado aprova projeto que derruba decreto sobre armas

Por 47 votos a favor e 28 contra, senadores aprovaram proposta que rejeita a flexibilização do porte e da posse de armas autorizada por decreto presidencial. Texto vai à Câmara

Marcos Oliveira/Agência Senado



Senadores Roberto Rocha, Marcos Rogério (3º à esq.), Davi Alcolumbre, Mecias de Jesus e o autor do projeto, Randolfe Rodrigues, na sessão do Plenário

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo que rejeita a flexibilização do porte e da posse de armas, prevista em decreto assinado em maio pelo presidente da República, Jair Bolsonaro. A proposta, do senador Randolfe Rodrigues, segue para análise da Câmara.

O decreto presidencial autorizou o porte para 20 categorias profissionais e aumentou de 50 para 5 mil o número de munições autorizadas por ano para cada proprietário de arma.

Senadores favoráveis à derrubada do decreto presidencial relataram que sofreram ameaças em redes sociais. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, se solidarizou com os senadores e disse que a Casa mostrou grandeza ao votar o projeto. **3**

Comissão aprova auxílio às vítimas de Brumadinho

Foi aprovada ontem pela Comissão Mista de Orçamento a medida provisória que destinou crédito extraordinário de quase R\$ 1,4 milhão para auxílio emergencial a vítimas do

rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG). Cerca de 2,3 mil pessoas receberam R\$ 600. O texto segue agora para análise dos Plenários da Câmara e do Senado. **8**

Waldemir Borretto/Agência Senado



Marcelo Castro (E) preside reunião da Comissão Mista de Orçamento



Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Simone Tebet (D) vai comandar audiência com o ex-juiz e atual ministro

Sergio Moro participa hoje de audiência pública

A Comissão de Constituição e Justiça ouviu hoje o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, sobre conversas em redes sociais com procuradores da Lava Jato quando era

juiz federal, divulgadas pelo site The Intercept Brasil. A audiência foi marcada por sugestão do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho, a pedido do próprio ministro. **5**

Votação de texto contra corrupção será quarta-feira

O projeto de lei de iniciativa popular conhecido como Dez Medidas contra a Corrupção deve ser votado quarta-feira tanto na Comissão de Constituição e Justiça quanto em Plenário. **2**

Superação da crise será lenta, aponta debate

Especialistas ouvidos na Comissão de Assuntos Econômicos avaliaram que a austeridade nos gastos públicos não tem surtido resultado para vencer a crise. Para eles, o país precisa retomar investimentos. **4**

Autistas cobram políticas públicas de inclusão

Participantes de audiência pública pediram a aprovação de projetos de lei que garantam assistência a autistas e a suas famílias. O debate marcou o Dia do Orgulho Autista, celebrado ontem. **6**

Fiscalização de barragens é falha, admite governo **8**

Confirmado nome de desembargador para o TST **7**

Plenário avaliza cinco novos embaixadores **7**

Avança MP sobre contratos de pessoal no Iphan **6**

Texto contra corrupção será votado na quarta

Colégio de líderes marcou para a próxima semana análise do projeto, que também trata do abuso de autoridade. Até lá, senadores tentarão construir um acordo sobre a proposta

O PROJETO DE lei de iniciativa popular conhecido como Dez Medidas contra a Corrupção será debatido e votado pelo Senado na quarta-feira. Primeiro pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, à tarde, pelo Plenário. O PLC 27/2017 também define o crime de abuso de autoridade.

A votação estava marcada para ontem, mas a data foi redefinida durante reunião de líderes com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Até a quarta-feira, as lideranças vão tentar construir um consenso sobre o relatório do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que promove modificações sobre a proposta que veio da

Câmara dos Deputados.

— [O relatório] avança muito nos dois aspectos, tanto as medidas contra a corrupção quanto o abuso de autoridade. Tem recebido emendas e colaborações. O apelo para este prazo é para que possamos ter um texto maduro — disse o líder da oposição, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

A proposta trazia originalmente diversas inovações legislativas para aprimorar normas de combate à corrupção e a irregularidades no setor público. Na Câmara, foram incluídas medidas contra o abuso de autoridade por parte de juízes e procuradores.

No relatório sobre o projeto,



Marcos Oliveira/Agência Senado

O Plenário votaria o texto ontem, mas os líderes decidiram adiar a análise

Rodrigo Pacheco manteve a maior parte do texto aprovado pelos deputados. Ele retirou dispositivos como o escalonamento de penas para crimes contra a administração

pública, a unificação do prazo de prescrição para atos de improbidade administrativa e alterações sobre o Código de Processo Penal.

O senador também restau-

rou um ponto que constava na versão original do texto: a ação civil de extinção de domínio, instrumento que seria usado para reaver bens conquistados de forma ilícita mesmo sem a responsabilização penal dos indivíduos.

O presidente do Senado explicou que a decisão de adiar a votação saiu de um consenso no colégio de líderes.

— Aqui cada senador tem legitimidade de falar o que quiser, à hora que quiser, com a autoridade do voto. Voto é uma coisa sagrada. Na política, a gente vive de acordo, de bom senso, de serenidade e tranquilidade — disse Davi.

Comissão ouve secretário especial de Previdência

O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, deverá comparecer hoje à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para discutir a reforma da Previdência, instituída pela PEC 6/2019. O debate atende requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) e está marcado para as 10h.

O texto está em análise em comissão especial da Câmara dos Deputados, onde rece-

beu substitutivo do relator, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), apresentado na quinta-feira. Ele eliminou itens considerados polêmicos, como as mudanças na aposentadoria rural e no Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a idosos carentes. Também criou uma nova regra de transição, com o pedágio de 100% do tempo de contribuição que faltar na promulgação da futura emen-

da constitucional.

O relator manteve, no entanto, as diretrizes do texto original do Executivo, como a idade mínima para a aposentadoria dos trabalhadores dos setores público e privado.

Na comissão especial, é preciso a maioria dos votos, com a presença de, no mínimo, 25 dos 49 integrantes. Em seguida, o texto vai ao Plenário da Câmara e, depois, ao Senado.

Com Agência Câmara

Venda de transportadora de gás é tema de audiência hoje

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) faz hoje, às 9h, uma audiência pública sobre a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) pela Petrobras. Serão ouvidos representantes da Petrobras e da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que não compareceram ao primeiro debate, feito em maio, em que a venda da estatal foi duramente criticada.

A TAG atua no transporte e na armazenagem de gás natural. A venda para o grupo francês Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec foi acertada em abril, mas ainda havia questões jurídicas pendentes.

Na quinta-feira, a venda foi concluída, depois que o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), revogou liminar que suspendia a operação.

Os autores do requerimento para a audiência são os senadores Jaques Wagner

(PT-BA) e Izalci Lucas (PSDB-DF). Para eles, é preciso esclarecer o motivo da transferência dos gasodutos, que são um monopólio natural, para a iniciativa privada.

Os senadores argumentam que, com a falta dos representantes da Petrobras e da ANP na primeira audiência, deixaram de ser esclarecidas questões sobre aspectos operacionais, financeiros, legais e de regulação.

Os convidados para o segundo debate são o secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix Carvalho Bezerra, o superintendente de Infraestrutura e Movimentação da ANP, Hélio da Cunha Bisaggio, e a advogada Raquel de Oliveira Sousa, especialista em petróleo e gás.

Também foram convidados representantes da Petrobras e da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás (Abegás).

Sancionada emissão de títulos para pagar benefícios

Foi publicada ontem no *Diário Oficial da União* a operação de crédito no valor de R\$ 248,9 bilhões, que servirá para o governo pagar benefícios previdenciários, Bolsa Família e Plano Safra, entre outros. O PLN 4/2019 foi aprovado pelo Congresso Nacional em 11 de junho.

A aprovação do projeto era importante para o governo, que alegava que poderia faltar dinheiro, já neste mês, para cobrir as despesas obrigatórias. A maior parte do valor (R\$ 201,7 bilhões) corresponde a benefícios previdenciários, como pensões e aposentadorias.

A Constituição proíbe a

realização de operações de crédito (emissão de títulos públicos) para pagamento de despesas correntes, como salários e benefícios sociais. A regra só pode ser contornada por meio de créditos suplementares ou especiais, com finalidade específica e aprovados pelo Congresso.

Investigados na Lava Jato não são vítimas, diz Kajuru

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) criticou ontem, em Plenário, a autorização do pedido de recuperação judicial da Odebrecht, concedida pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo.

De acordo com o senador, não há dúvida de que a Operação Lava Jato influenciou a demissão de quase 350 mil pessoas, uma vez que interrompeu a atividade de muitas empresas. No entanto, para Kajuru, também não dá "para fingir" que os donos dessas empresas foram vítimas da corrupção.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Humberto Costa acusa campanha eleitoral de fraude

Aumentam as evidências de fraude nas eleições presidenciais, disse Humberto Costa (PT-PE). O senador destacou reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* citando que um espanhol admitiu a contratação da sua companhia por empresas brasileiras para disparar mensagens via WhatsApp para favorecer o então candidato Jair Bolsonaro. Para ele, há violação da lei, que só autoriza que campanhas oficiais contratem empresas para impulsionar conteúdos. Além disso, observou, é proibido que empresas financiem campanha.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Confúcio lamenta morte do arcebispo dom Moacyr Grechi

O senador Confúcio Moura (MDB-RO) lamentou ontem, em Plenário, a morte de dom Moacyr Grechi, arcebispo emérito de Porto Velho, aos 83 anos, depois de quase meio século de sacerdócio.

Defensor da floresta amazônica, dos índios e trabalhadores rurais, dom Moacyr Grechi lutou pela punição dos assassinos do seringueiro e ambientalista Chico Mendes, lembrou o senador. Ele disse ainda que dom Moacyr foi um dos criadores da Comissão Pastoral da Terra e do Conselho Indigenista Missionário.



Jefferson Rudy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CCJ Troca de mensagens**
9h Comissão ouve o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro.
- CDR Transportadora de gás**
9h Debate sobre venda da Transportadora Associada de Gás (TAG).
- CMO Relatório preliminar da LDO**
9h55 LDO e, após, audiência com o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta

- CAS Reforma da Previdência**
10h Audiência com o secretário de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho.
- CRE Embaixadores**
10h Sabatina de embaixadores indicados para Portugal e França.
- PLENÁRIO Pronunciamentos**
16h Sessão não deliberativa destinada a discursos de senadores.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Aprovada proposta que anula decreto sobre arma

Por 47 votos a 28, senadores aprovaram texto, que vai à Câmara, rejeitando norma editada pelo presidente Jair Bolsonaro que flexibiliza a venda, a posse e o porte de armas

O SENADO REJEITOU ontem, por 47 votos a 28, o decreto assinado em maio pelo presidente Jair Bolsonaro, que flexibiliza a comercialização, a posse e o porte de armas de fogo. Um projeto de decreto legislativo aprovado pelo Plenário torna sem efeito o regulamento. O PDL 233/2019, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), segue para votação na Câmara dos Deputados.

A norma de Bolsonaro (Decreto 9.785) autoriza o porte de armas para mais 20 categorias profissionais e aumenta de 50 para 5 mil o número de munições disponíveis anualmente a cada proprietário de arma de fogo. O texto chegou ao Plenário em regime de urgência, depois de passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na semana passada. Outros seis projetos estavam apensados à proposta e foram arquivados, todos contrários ao decreto que regulamenta o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003).

Mais de 20 senadores revezaram-se na tribuna do Plenário, metade defendendo a manutenção e metade pedindo a derrubada do decreto.

O senador Marcos do Val (Cidadania-ES) considerou que o decreto de Bolsonaro é constitucional. Ele disse que o documento não muda os pré-requisitos já existentes para quem quer ter uma arma. Para ele, é uma “falácia” o argumento de que o decreto “liberou geral” a posse e o porte de armas.

— Arma para nós representa a vida, não a morte. Arma é proteção da vida — disse.

Ameaças

Vários senadores favoráveis à derrubada do decreto presidencial relataram que sofreram ameaças e agressões nas últimas semanas — principalmente por meio de redes sociais ou aplicativos de mensagens.

Os relatos fizeram o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, se solidarizar com os demais 80 senadores e dizer que o Senado mostrou sua grandeza ao votar o projeto sem ser pressionado por essas ameaças. Uma das que relatou ameaças recebidas foi a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA).

— Não podemos liberar o porte de armas do jeito que o governo quer — disse.

Otto Alencar (PSD-BA) votou pela derrubada do decreto, o qual considera inconstitucional, e disse que a CNBB defende a sustação da medida.

Também favorável à anulação do decreto, a senadora Kátia Abreu (PDT-TO) disse que 61% da população brasileira é contra a flexibilização do porte de armas.

Já Telmário Mota (Pros-AP) afirmou que o Estado não é onipresente e que o cidadão tem o direito à legítima defesa. Para o senador, enquanto as famílias estão desarmadas, “os bandidos estão bem armados”, pois compram armamentos ilegalmente.

O senador Jaques Wagner (PT-RJ) defendeu a anulação do decreto presidencial. Para ele, não é verdade que armar a população comum vai diminuir a violência ou aumentar a segurança.

Regulamentação

Segundo Flávio Bolsonaro (PSL-SP), “inconstitucional é o projeto de Randolfe, não o decreto do presidente da República”. Segundo o senador, o Estatuto do Desarmamento delega a regulamentação de diversos pontos. Para Flávio, o decreto dá mais segurança jurídica para que produtores rurais defendam suas propriedades.

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) afirmou que a Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que a restrição a armas de fogo diminui a mortalidade, a violência doméstica e os homicídios por motivos banais.

Para o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), o decreto do presidente é constitucional, tem critérios objetivos, dá



Presidente do Senado diz que buscará consenso sobre posse de arma

Davi informa que tema voltará a debate, mas com serenidade e por meio de projeto de lei

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que a flexibilização do porte e da posse de armas poderá ser discutida no Congresso por meio de um projeto de lei. Ele destacou que, durante a votação do projeto que suspendeu os efeitos do decreto das armas, muitos senadores questionaram a forma legal como o assunto foi tratado.

— Havia o sentimento de muitos senadores, e também o meu, em relação a diferenciar o tratamento à

posse. Eu sou de um estado da região amazônica e nossos moradores ribeirinhos precisam ter uma forma de proteger suas famílias e seu patrimônio — declarou.

Davi disse não ter dúvidas de que o Senado e a Câmara vão construir um consenso sobre essa questão da posse de armas e a situação de colecionadores e membros de clubes de tiro. Ele acrescentou que o tema será debatido com serenidade e lamentou o “embate” criado e as “injustiças ditas”.

maior segurança jurídica ao país e “garante a possibilidade da legítima defesa”.

A senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) argumentou que o governo deveria melhorar as condições de trabalho das polícias do país. Para ela, cuidar da segurança pública é dever do Estado, não do cidadão comum.

Randolfe defendeu que o decreto é inconstitucional e que essa inconstitucionalidade foi apontada inclusive pela

Consultoria do Senado.

— É a institucionalização do banguê-banguê no país. Vai ser um “liberou geral”.

Já o líder do PSL, senador Major Olimpio (SP), afirmou que a primeira medida de ditadores ao longo da história é sempre desarmar a população.

Embora favorável à flexibilização do porte, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) votou favoravelmente à derrubada do decreto, por entendê-lo inconstitucional.



Senadores comemoram a aprovação do projeto de Randolfe (2º à dir.)

Luiz do Carmo defende liberação de venda para cidadão de bem

O senador Luiz do Carmo (MDB-GO) se manifestou ontem, em Plenário, favorável à liberação de armas para a “legítima defesa do cidadão de bem”, que, para ele, é o mais penalizado com a proibição do comércio de armas no país.

Ele lembrou a morte da filha, Michelle Muniz do Carmo, em abril de 2012, assassinada por bandidos. Para ele, a filha não teve chance de se defender.

— Será que se eu tivesse treinado a minha filha, comprado uma arma para ela, se ela tivesse entrado em um curso, ela teria tido pelo menos uma chance de se defender?



Marcos Oliveira/Agência Senado

“Sou favorável à posse, mas tenho restrições ao porte”, diz Plínio

Plínio Valério (PSDB-AM) disse ser favorável à parte do decreto presidencial que flexibiliza as regras para posse de armas, mas mantém restrições ao dispositivo que permite o porte para mais de 20 categorias profissionais. Ele defendeu que a votação do projeto que susta o decreto fosse feita por meio de destaques.

— Acho que o cidadão tem o direito de optar e de dizer o que quer e o que não quer. Agora, flexibilizar em demasia, facilitar em demasia é um problema em que compete a nós senadores buscar o meio-termo, dar um freio ou não.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Para Marcos do Val, flexibilização de regras aumentará segurança

Para Marcos do Val (Cidadania-ES), facilitar o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo representa um desejo da sociedade, que se mostrou mais preocupada com segurança do que com educação e saúde durante a campanha eleitoral. O decreto de Bolsonaro facilita o processo, mas o rigor para a concessão do porte continuará, afirmou.

— O brasileiro armado não é bandido. Cidadão que segue a lei, teme a lei e que passou pelo crivo da Polícia Federal não é bandido, não vai virar bandido e não vai fornecer arma para bandido.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Lasier Martins é a favor do porte para defesa pessoal

Antes da votação de ontem, Lasier Martins (Podemos-RS) disse em Plenário que votaria contra o projeto que susta o decreto do governo que flexibiliza o porte e a posse de armas. Para o senador, o decreto não promove a liberação geral de armas. Segundo ele, a posse e o porte serão assegurados às pessoas que atuam em atividade de risco, desde que comprovem aptidão psicológica e capacidade técnica para o manuseio.

— Com 63 mil homicídios, o Brasil se tornou o país onde mais se mata no mundo. Portanto, o cidadão de bem tem o direito de se defender.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Liberação põe em risco pobre, mulher, índio e negro, diz Paulo Paim

Antes da votação do projeto que susta o decreto sobre armas, Paulo Paim (PT-RS) anunciou, em Plenário, que votaria a favor da suspensão. Para o senador, a liberação terá reflexo direto no aumento da violência, especialmente a doméstica.

— Não tenho nenhuma dúvida de que, com mais armas circulando, vendidas para todos aqueles setores que o decreto elenca, a tendência é que ocorram mais assassinatos, mais mortes, principalmente entre os mais vulneráveis. Refiro-me aos pobres, negros, brancos, mulheres, indígenas e LGBTIs.

Segundo Paim, para ter segurança, o país precisa é investir em saúde e educação.

Debate: economia vai demorar a se recuperar

Para economistas, a política econômica de austeridade nos gastos públicos, em vigor desde 2015, não tem surtido resultado. É preciso, segundo eles, aumentar investimentos

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), economistas advertiram que a recuperação da economia brasileira deverá ser lenta, exigindo anos para que a crise comece a ser superada. Eles apontaram a necessidade de mudança nos rumos na política econômica e defenderam medidas como a retomada do investimento público.

Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o economista Guilherme Mello disse que as políticas adotadas desde 2015 até agora, visando reduzir os gastos públicos e o tamanho do Estado, não têm sido suficientes para retomar o crescimento. Ele considerou importante a continuidade de reformas estruturais, como a da Previdência, mas disse que a PEC 6/2019 não deve ter propósito apenas fiscal:

— O foco não deve ser a economia de trilhões de reais, mas o combate às injustiças

sociais, a distribuição de renda e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Para Mello, a política econômica atual, preocupada com nível de preços e baseada em apostas no capital externo, deveria estar focada no investimento público e em medidas de desenvolvimento produtivo articuladas com a transição ecológica. Ele ressaltou que o investimento externo é insuficiente e não compreende uma verdadeira tática de desenvolvimento. Segundo Mello, a crise econômica só deve começar a ser superada a partir de 2023.

Corte de gastos

O diretor da Faculdade de Economia da PUC-SP, Antonio Lacerda, defendeu a redução do custo do crédito para aumentar o consumo. Para ele, o corte de gastos sociais e de investimentos tem resultado em um processo “autofágico” que precisa ser revertido.

Pesquisador do Ipea, Fer-



Rogério Carvalho (C) é autor do pedido de debate sobre a crise econômica

nando Gaiger observou que o crescimento per capita do país é zero e que o prognóstico da recuperação pós-crise deve ser de oito anos. Para ele, a gravidade da crise política atual é significativa e atrapalha o consenso sobre soluções para a situação econômica.

— Um governo de confronto não vem com propostas a discutir e isso é um problema sério quando se tem uma agenda e se está pouco disposto a ceder. Todos os

nossos recados no campo da economia têm um bloqueio muito grande — lamentou.

Papel do Congresso

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) disse que o país ainda tem potencial de movimentar a economia, ressaltando a capacidade das empresas públicas de tomar dinheiro e fazer investimentos em momentos de crise. Ele destacou o protagonismo do Congresso Nacional na costura de acor-

dos para a votação das reformas estruturantes, como a da Previdência. Para o senador, os parlamentares estão cientes de suas responsabilidades. Rogério foi o autor do pedido de audiência e é presidente da Subcomissão Temporária para Análise da Legislação sobre a Gestão das Cadeias Produtivas, vinculada à CAE.

O senador Marcelo Castro (MDB-PI) disse que o país gasta mais do que arrecada e não paga os juros da dívida pública, cujo valor é, segundo ele, exorbitante. Ele comparou o endividamento, aliado aos juros e sua não amortização, a uma bola de neve que cresce em progressão geométrica.

Para o senador Confúcio Moura (MDB-RO), o Brasil vive uma crise em todos os aspectos, sem saber qual atacar primeiro. Já o senador Jean Paul Prates (PT-RN) ponderou que todos os governos cometem erros, independentemente de partido, e defendeu investimentos federais.

Dário preside comissão de MP para desburocratização

A comissão mista da medida provisória que desburocratiza o empreendedorismo foi instalada ontem. Na primeira reunião, foram eleitos o senador Dário Berger (MDB-SC) para presidente do colegiado e o deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP) para vice.

Também foram designados o relator, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), e a relatora-revisora, senadora Soraya Thronicke (PSDB-MS). A comissão aprovou o plano de trabalho que sugere uma audiência pública no dia 26, na próxima semana, e a entrega do relatório em 2 de julho. O relator prevê a votação da MP 881/2019 daqui a 15 dias.

O deputado Vitor Lipp (PSDB) ressaltou a importância da aprovação dessa MP para tirar o Brasil da crise econômica e modernizar o país.

— Temos que ter responsabilidade com a liberdade econômica e o empreendedo-



Marco Bertaiolli, Dário Berger e Soraya Thronicke durante reunião

rismo, porque só eles geram emprego — comentou.

Para Soraya, o Brasil está atrasado em sua legislação, em comparação com países como a China.

— Vamos abrir esse mercado e acabar com a burocracia para deixar o povo brasileiro trabalhar — enfatizou.

A MP institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelecendo normas

de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador.

A declaração reúne direitos que têm o objetivo de alterar, em caráter emergencial, a realidade do Brasil. O documento será considerado uma norma a ser seguida nos direitos civil, empresarial, econômico, urbanístico e do trabalho.

Senado aprova autorização de empréstimo para Pernambuco

O Plenário aprovou ontem contratação de crédito externo no valor de US\$ 37 milhões (cerca de R\$ 140 milhões) pelo governo de Pernambuco no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo a União como garantidora. O dinheiro será destinado ao financiamento do Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco (Profisco II-PE). Mais cedo, o empréstimo foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) afirmou que o empréstimo será um instrumento importante de modernização do fisco pernambucano para ampliar a arrecadação de receita. Já o senador Humberto Costa (PT-PE) destacou a atuação do governador Paulo Câmara,

que estaria mantendo o estado em situação de equilíbrio, podendo fazer os investimentos e fazer funcionar adequadamente a máquina pública.

O senador Otto Alencar (PSD-BA) aproveitou para cobrar do governo a autorização para um empréstimo de US\$ 200 milhões do Banco Europeu de Investimento destinado à Bahia.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, se comprometeu a fazer uma manifestação da Casa em defesa do empréstimo da Bahia.

— Como presidente do Congresso, farei chegar ao conhecimento do governo federal, da Secretaria do Tesouro Nacional, a mensagem para que o estado da Bahia possa acessar esses recursos para melhorar a infraestrutura do estado.

Audiência sobre abertura de capital dos Correios é cancelada

A audiência para debater os possíveis impactos da abertura de capital dos Correios, anunciada em maio, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), foi cancelada. A reunião estava prevista para hoje. O pedido de cancelamento foi feito pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e

Comunicações, após recente manifestação do presidente da República sobre a troca de comando da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Participariam do debate o então presidente dos Correios, Juarez Cunha, e o presidente da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico, Maurício Salvador.

Assinada MP que facilita venda de bens do tráfico

O presidente da República, Jair Bolsonaro, assinou ontem medida provisória que facilita a venda de bens apreendidos ou confiscados do tráfico, para que o dinheiro seja utilizado em políticas públicas.

A MP 885/2019 permite que a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) tenha instrumentos legais para dar mais eficiên-

cia e racionalidade à gestão dos bens apreendidos ou confiscados. O texto também facilita o acesso dos estados ao dinheiro da venda desses ativos. É competência do Ministério da Justiça e Segurança Pública regulamentar os procedimentos relativos à administração, à preservação e à destinação dos recursos.

Hoje no Brasil, cerca de 30 mil bens, entre joias, veícu-

los de luxo até aeronaves e fazendas, estão à disposição da União aguardando destinação, depois de terem sido apreendidos em condutas criminosas associadas ao tráfico de drogas.

Por se tratar de medida provisória, o ato do presidente já tem força de lei, mas só se tornará definitivo se a MP for aprovada pelo Congresso em até 120 dias.

Moro participa de audiência hoje em comissão

Ministro da Justiça e da Segurança Pública vai explicar à Comissão de Constituição e Justiça mensagens trocadas com o procurador Deltan Dallagnol na Operação Lava Jato

O MINISTRO DA Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, participa de audiência hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para esclarecer conversas que teve em redes sociais com procuradores da Lava Jato quando era juiz federal.

O site The Intercept divulgou mensagens em que Moro e o procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato, trocaram informações sobre procedimentos e decisões em processos, incluindo o que levou à condenação do ex-presidente Lula.

As mensagens foram passadas em um aplicativo para celular e foram extraídas mediante a invasão de aparelhos dos procuradores por hackers ainda não identificados.

Em nota, o ministro afirmou que não reconhece a autenticidade das mensagens,

“colhidas por meio de invasão criminosa de hackers”.

Esclarecimento

A audiência foi marcada por sugestão do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Em ofício

enviado ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, Bezerra destaca que a iniciativa de esclarecer os fatos partiu do próprio Moro.

“Manifestamos a nossa confiança no ministro Sérgio Moro, certos de que esta será

uma oportunidade para que ele demonstre a sua lisura e correção como juiz federal, refutando as críticas e ilações a respeito da sua conduta à frente da Operação Lava Jato”, afirma Bezerra no ofício.

De acordo com a presidente da comissão, senadora Simone Tebet (MDB-MS), a exposição

de Moro terá duração de 30 minutos. Após o ministro, os senadores inscritos, intercalados por ordem de partido, terão cinco minutos para perguntas. Moro terá o mesmo tempo para resposta e, depois, os parlamentares terão prazo máximo de dois minutos para réplica e tréplica.

Genaldino Magela/Agência Senado



A presidente da CCJ, Simone Tebet, vai comandar a audiência com Moro

Colegiado convida Dallagnol a prestar esclarecimentos sobre troca de mensagens

A CCJ aprovou ontem um requerimento de convite ao procurador federal Deltan Dallagnol para que ele preste esclarecimentos sobre a troca de mensagens com Sergio Moro, durante a Operação Lava Jato.

O requerimento foi apresentado pelo senador Angelo Coronel (PSD-BA) para apurar a “suposta e

indevida coordenação de esforços” na Operação Lava Jato.

De acordo com Coronel, Dallagnol e Moro parecem combinar o andamento da Lava Jato. O teor das mensagens indicaria desvirtuamento das funções do procurador e do ex-juiz, que teria extrapolado suas funções como magistrado.

Três indicações para o Conselho Nacional de Justiça seguem para o Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, após sabatina, três indicados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ): a procuradora de Justiça Ivana Farina Navarrete Pena, o desembargador Rubens Canuto Neto e a juíza Candice Lavocat Jobim. Os nomes seguem agora para análise do Plenário, em regime de urgência.

Ivana Pena é indicada a uma vaga na cota de Ministério Público estadual. Ela recebeu 22 votos favoráveis e 2 contrários. O desembargador Rubens Canuto Neto recebeu o apoio unânime de 25 senadores e foi indicado à vaga destinada a membro do Tribunal Regional Federal (TRF). A magistrada Candice Jobim, se aprovada pelo Plenário, deve ocupar posto destinado a juizes federais. A favor dela votaram

24 senadores e 1 votou contra.

Os sabatinados responderam perguntas sobre ativismo jurídico e a inclusão de ações contra o abuso de autoridade presentes no projeto de lei de iniciativa popular conhecido como Dez Medidas contra a Corrupção (PLC 27/2017), em tramitação no Senado.

Corrupção

Eles disseram que a legislação deve ser atualizada, mas se mostraram preocupados com uma possível existência do chamado crime de hermenêutica, em que o julgador é punido por uma interpretação da lei posteriormente revertida em instância superior.

— Uma coisa é punir o abuso, outra coisa é criar o crime de interpretação. Só pode criminalizar a interpretação se for algo direcionado a um objetivo com

finalidades não republicanas, a fim de perseguir ou beneficiar a si próprio ou a determinadas pessoas, por exemplo — afirmou Rubens Neto.

O relator da proposta, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), informou que apresentou uma emenda para garantir que a

interpretação da lei não seja, por si só, considerada crime de abuso de autoridade.

O comportamento de juizes e a relação deles com as partes também foram motivos de questionamentos dos senadores. Os indicados evitaram comentar casos concretos,

como o vazamento de conversas entre o ex-juiz Sergio Moro (atual ministro da Justiça) e o procurador Deltan Dallagnol, mas ressaltaram a importância de o magistrado agir com independência, discrição e sem pressão da imprensa ou opinião pública.

Genaldino Magela/Agência Senado



Os indicados Ivana Pena, Rubens Canuto Neto e Candice Lavocat Jobim foram sabatinados ontem na comissão



Genaldino Magela/Agência Senado

Adiada votação de projetos que impõem limites a decisões individuais no Judiciário

Pedidos de vista adiaram ontem a votação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), de dois projetos que restringem a possibilidade de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de outras esferas do Judiciário tomarem decisões de forma individual.

Um dos textos é a proposta de emenda à Constituição que impõe limites a pedidos de vista (recurso utilizado para analisar melhor os processos) e decisões cautelares monocráticas no âmbito dos tribunais. Pela PEC 82/2019, pedidos de vista terão duração máxima de quatro meses. Encerrado esse

prazo, o processo em revisão é reincluído automaticamente em pauta. Quanto às decisões cautelares monocráticas nos tribunais, ficam proibidas nos casos de declaração de

inconstitucionalidade ou suspensão de eficácia de lei ou ato normativo.

Do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), a proposta recebeu parecer

favorável do relator, senador Esperidião Amin (PP-SC), com cinco emendas. Segundo Oriovisto, decisões monocráticas acabam muitas vezes assumindo “ares de decisão definitiva”.

“A perpetuação desses efeitos, decorrente da inércia do tribunal em apreciar o mérito da ação, permite que um sem-número de relações jurídicas sejam constituídas sob a vigência da cautelar”, justifica o senador na proposta.

Já o PL 2.121/19 estabelece prazo de 180 dias para o julgamento de mérito do STF depois de concessão de medida

cautelar. O projeto, já aprovado pela Câmara, é do deputado André Figueiredo (PDT-CE) e conta com parecer favorável do relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Um dos senadores que pediram vista do projeto, Renan Calheiros (MDB-AL) afirmou que as propostas interferem diretamente em um dos Poderes da República.

— Já tivemos exemplos no início da legislatura e não podemos continuar com essa agenda. Essa agenda não faz bem à separação [dos Poderes] nem à democracia — defendeu o senador.



Relator, Amin é favorável ao texto que limita decisões monocráticas

Genaldino Magela/Agência Senado

Movimentos cobram leis de assistência a autista

Em audiência, pessoas com autismo e familiares pediram mais atenção das políticas públicas de inclusão, especialmente para adultos

PARTICIPANTES DA AUDIÊNCIA que celebrou 18 de junho como Dia do Orgulho Autista pediram à Comissão de Direitos Humanos (CDH) a aprovação de projetos que possam garantir assistência e prioridade a crianças e adultos autistas e suas famílias.

Um dos projetos (PLC 139/2018), pronto para análise do Plenário, prevê que os censos demográficos façam referência a pessoas enquadradas no transtorno do espectro autista (TEA). O próximo censo está previsto para o ano que vem. Segundo o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), estima-se que cerca de 2 milhões de brasileiros estejam no espectro.

— É a partir de diagnósticos, como o censo, que elaboramos as políticas públicas no Congresso.

Outro projeto com apoio dos movimentos sociais é o PL 2.573/2019, relatado por Soraya Thronicke (PSL-MS) na CDH. Já aprovado pela Câmara dos Deputados, ele prevê a confecção de carteira de identificação da pessoa com TEA para dar a ela atendimento prioritário em serviços públicos e privados.

A jornalista Carolina Spinola, mãe de gêmeos adolescentes com autismo, disse que em Mato Grosso do Sul já se espe-



Paulo Paim (2º à esq.) preside audiência que contou com participação de autistas, familiares e especialistas

cifica o autismo nas carteiras de pessoa com deficiência. Isso porque o autista nem sempre dá sinais físicos do transtorno e, dependendo da circunstância, precisa de atendimento rápido e prioritário. Representante do estado no Movimento Orgulho Autista, Carolina apontou a necessidade de o Congresso reservar orçamento para atender os autistas.

— A Política Nacional de Defesa da Pessoa com Autismo [Lei 12.764, de 2012] não está sendo respeitada na sua integralidade e há filas gigantes de pessoas esperando o atendimento apropriado.

O deputado Tiago Dimas (SD-TO) reclamou da falta de previsão de repasse da União para estados e municípios investirem em escolas especiais e centros de referência.

O PLS 169/2018, que deve ser apresentado para votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), torna obrigatória a cria-

ção de centros de assistência integral ao paciente de TEA no Sistema Único de Saúde (SUS). Ele chegou ao Senado por meio de sugestão popular e deve ter relatório favorável de Paulo Paim (PT-RS). Para o senador, “o autismo não é sinônimo de dificuldade intelectual, mas sim, mais uma expressão da diversidade humana”.

— O que precisa ser mudado não é o comportamento dos autistas, mas nossa forma de ver quem é diferente de nós.

Mãe de Ramiro, autista de 35 anos, a presidente da Associação Brasileira de Autismo (Abra), Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, defendeu centros de assistência integral. Ela paga três cuidadores que se alternam para cuidar do filho.

— Autistas são cidadãos que precisam viver em sociedade. As famílias precisam ser atendidas pelo Estado. A Lei Brasileira de Inclusão [Lei 13.146, de 2015] precisa virar realidade.

A coordenadora pedagógica da Associação Pestalozzi em Brasília, Adriana Almeida, disse que uma das turmas-piloto para adultos com mais de 25 anos e com deficiência é formada por 12 autistas.

— Eles participam de prática desportiva adaptada, cozinha experimental, desenvolvem talentos. Lá temos psicologia, enfermagem, terapia ocupacional e assistência social.

Estabilidade

Para Zenaide Maia (Pros-RN), autistas deveriam ser alcançados pelo sistema de educação a vida inteira.

Flávio Arns (Rede-PR) afirmou que o país precisa de uma estrutura social que permita a estabilidade da família.

— Dentro do espectro há pessoas com necessidades muito grandes.

O preparo de um adulto autônomo que vive em sociedade foi a preocupação demonstrada

pelo representante do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab), Edilson Barbosa. Pai de um adolescente autista, ele afirmou que a maior parte das crianças autistas não tem plano de saúde e precisa de suporte do Estado, o que, muitas vezes, não existe. As que têm plano muitas vezes têm o número de sessões de terapia limitado, o que é permitido por portarias da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Especialistas em TEA citam que não há, no mundo, um autista igual ao outro. O espectro é subdividido em três níveis: leve, moderado e severo. No nível leve, pode ocorrer o autismo de alta funcionalidade ou Síndrome de Asperger.

O universitário Bernardo Martínez foi diagnosticado com Asperger com 1 ano e 11 meses e, graças ao diagnóstico precoce, terapias e inclusão, conseguiu reverter quase todos os sintomas do autismo. Ele pediu a aplicação da Lei 13.438, de 2017, que obriga o SUS a adotar protocolo com padrões para a avaliação de riscos ao desenvolvimento psíquico de crianças de até 18 meses de idade por meio de consulta ao pediatra. O estudante também defendeu mais tempo para autistas fazerem provas e cobrou políticas de inserção de autistas leves no mercado de trabalho.

— No caso dos autistas severos, é preciso ter um apoio diário enquanto os pais trabalham — afirmou.

MP que prorroga contratos no Iphan é aprovada em colegiado

A comissão mista da medida provisória que prorroga contratos temporários de pessoal no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) aprovou ontem o relatório do deputado Pedro Lucas Fernandes (PTB-MA). O texto ainda será votado nos Plenários da Câmara e do Senado.

A MP 878/2019 prorroga, até o dia 28, 143 contratos por tempo determinado, firmados a partir de 2013, para atender

a necessidade temporária de interesse público.

A contratação inicial foi necessária em função do aumento do volume de trabalho, em razão das atividades de avaliações de licenciamento ambiental e obras dos Programas Agora, é Avançar e PAC Cidades Históricas, que exigem profissionais altamente especializados e com larga experiência nas áreas de logística, convênios e contratos, de arqueologia e de arquitetura

ou engenharia civil, observa Fernandes em seu relatório.

O relator explica que o programa PAC Cidades Históricas, desenvolvido desde 2013, consiste na requalificação e revitalização de importantes sítios históricos, muitos deles tombados pelo Iphan e outros considerados Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. Até agora, o programa contemplou 44 cidades de 20 estados, com aplicação de R\$ 1,6 bilhão.



Senador Weverton (2º à esq.) preside comissão sobre contratos do Iphan

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário ratifica cinco indicações de diplomatas

Senadores aprovaram ontem nomes dos novos representantes do Brasil na Unesco, no Egito, na Jordânia, no Vaticano cumulativamente com a Ordem de Malta e na Comunidade de Países de Língua Portuguesa

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem cinco indicações de diplomatas. Santiago Irazabal será o novo chefe da representação brasileira na Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). O nome foi ratificado com 48 votos favoráveis, nenhum contrário e 2 abstenções. Mais cedo, o diplomata foi sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), quando chamou a atenção para a dívida de quase US\$ 15 milhões do Brasil com a Unesco e declarou que pretende quitar os débitos ainda este ano. O país é o terceiro maior devedor da entidade sediada em Paris.

Vaticano

Por 47 votos favoráveis, nenhum contrário e 2 abstenções, o nome do diplomata Henrique da Silveira Sardinha Pinto foi aprovado para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Santa Sé (Vaticano) e, cumulativamente, na Ordem Soberana e Militar de Malta. Pinto foi sabatinado pela CRE em 22 de maio

Também foi aprovada por 64 votos favoráveis, 2 contrários e 2 abstenções a indicação do diplomata Antonio Patriota para chefiar a embaixada no Egito. Sabatinado pela CRE em 12 de junho, Patriota afirmou que o comércio entre o Brasil e as nações da Liga Árabe gira em torno de US\$ 20 bilhões por ano, com



Pedro Franco/Agência Senado

Irazabal disse que pretende quitar a dívida do Brasil com a Unesco

US\$ 7 bilhões de superavit para o Brasil.

Ainda ontem, foi aprovada a indicação do diplomata Ruy Pacheco de Azevedo Amaral para a embaixada do Brasil na Jordânia. Foram 54 votos a favor e 2 contrários, além de uma abstenção. O nome já havia sido aprovado na CRE na semana passada. Na ocasião, ele garantiu que irá priorizar o aumento de exportações do agronegócio brasileiro para a Jordânia, país marcado por território desértico e com necessidade de importação de vários produtos básicos.

Outra indicação aprovada foi a do diplomata Pedro Fernando Brêtas Bastos para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com sede em Lisboa. Relatada pela senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), a indica-

ção foi aprovada por 56 votos favoráveis, 2 contrários e 3 abstenções.

A CPLP foi criada em 1996. Os estatutos da comunidade fixam três objetivos gerais, que são o concerto político-diplomático; a cooperação econômica, social, cultural e técnico-científica; e a promoção e difusão da língua portuguesa.

Atualmente a comunidade é integrada pelos nove países lusófonos: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial (desde 2014), Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (desde 2002). Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai também já fazem parte da comunidade como membros observadores. Além disso, Romênia e Catar oficializaram recentemente solicitações para integrar a organização.

Fundeb deve receber mais recursos, aponta debate

Ampliar as fontes de financiamento, aumentar a contrapartida do governo federal e fiscalizar os desvios de recursos foram algumas das propostas defendidas ontem, em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para tratar da renovação e revisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

O debate é parte de um ciclo de audiências que discute duas propostas de emenda à Constituição (PEC 33/2019 e PEC 65/2019) que tramitam no Senado para prorrogar e até tornar permanente o Fundeb, cuja vigência expira em dezembro de 2020.

A procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo Élidea Graziane Pinto analisou o novo Fundeb na perspectiva do Custo Aluno-Qualidade (CAQ). Para ela, controlar gastos é essencial para avaliar resultados

e cumprimentos de metas.

Dentro das normas de cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios, previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), Élidea ressaltou a importância do equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos para garantir a igualdade das oportunidades educacionais e o padrão mínimo de qualidade do ensino. Para isso, a complementação do governo federal seria reforçada por royalties da exploração do pré-sal, como previsto na Lei 12.858, de 2013. A procuradora também defendeu a vinculação dos recursos aos programas de duração continuada, evitando o contingenciamento das verbas.

A secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Fátima da Silva, defendeu o aumento da receita de estados

e municípios com arrecadação ampliada por meio de uma cesta de impostos para aplicação no Fundeb e a elevação da contribuição da União para o patamar mínimo de 40% dos fundos estaduais, que atualmente é de 10%.

Para o senador Flávio Arns (Rede-PR), que requereu o ciclo de audiências e é relator da PEC 65/2019, a proposta do novo Fundeb tem que refletir o que a sociedade pensa. Ele informou que a partir da próxima semana se dedicará às articulações com a Câmara dos Deputados para apressar o processo.

— O objetivo é trabalharmos e termos esse tempo agora de debate também com o Ministério da Educação e o da Economia, mas principalmente que toda a sociedade esteja mobilizada a favor de algo que seja convergente — concluiu o senador.

Famílias de vítimas de voo em 2016 pedem apoio do Itamaraty

Com o objetivo de contribuir para esclarecer as causas e responsabilizações do acidente ocorrido com o voo da Chapecoense em 2016, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) vai procurar o Itamaraty, o Ministério Público Federal (MPF) e a Advocacia-Geral da União (AGU) para intermediar contatos com autoridades ligadas à aviação civil da Colômbia e da Bolívia. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da CRE, Nelsinho Trad (PSD-MS), em audiência com a Associação de Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense (Afav-C).

O voo da empresa boliviana Lamia, que transportava a delegação da Chapecoense e jornalistas para a final da Copa Sul-Americana de 2016, caiu em 29 de novembro próximo ao aeroporto de Medellín, na Colômbia. A tragédia resultou na morte de 71 pessoas e apenas 6 sobreviventes, a maioria com sequelas. No debate, o vice-presidente jurídico da Chapecoense, Cesair Bartolomei, disse que os familiares das vítimas só terão os direitos respeitados se o governo brasileiro mediar o diálogo com as autoridades de Colômbia e Bolívia.

— Se o governo brasileiro não auxiliar essas 67 famílias nessa luta desigual e difícil contra órgãos públicos e em-

presas privadas poderosas em nações estrangeiras, nenhum direito delas será levado em consideração. Assim tem sido desde o acidente — afirmou.

Segundo Bartolomei, a Chapecoense tem cumprido as obrigações financeiras com as famílias das vítimas.

A presidente da Afav-C, Fabienne Belle, relatou situações de humilhação quando uma comitiva da entidade foi à Colômbia e à Bolívia para tratar de processos judiciais.

— O vice-presidente da Bisa (empresa de seguros boliviana) chegou a gritar comigo no meio de uma audiência.

Para o advogado Marcel Camilo, que representa algumas das famílias das vítimas e o jogador Neto, um dos sobreviventes da tragédia, mesmo que os erros não tenham ocorrido no Brasil, foram cometidos contra cidadãos brasileiros e suas famílias.

— A Tokio Marine [empresa de seguros nipo-brasileira] e a Aon [empresa de seguros inglesa] continuam operando, e nós ficamos inertes, porque nada podemos fazer.

Nelsinho disse que a Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol) será chamada para uma audiência na comissão em agosto, com autoridades governamentais, por sugestão do senador Esperidião Amin (PP-SC).



Pedro Franco/Agência Senado

Senador Nelsinho Trad (C) preside audiência com familiares das vítimas

Nome de Evandro Valadão Lopes é aprovado para ministro do TST

O desembargador Evandro Pereira Valadão Lopes, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região (RJ), teve ontem o nome confirmado pelo Plenário do Senado para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Foram 70 votos favoráveis e nenhum contrário. Ele ocupará a vaga destinada à magistratura, aberta com a aposentadoria da ministra Maria Calsing.

Indicado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, Lopes foi o único da lista tríplice que obteve o voto e o apoio da maioria dos ministros do TST, conforme

destacou o relator da indicação, senador Eduardo Gomes (MDB-TO).

Em sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na semana passada, o desembargador disse que ainda é cedo para avaliar os impactos da reforma trabalhista na Justiça do Trabalho, especialmente em um momento de crise econômica.

Natural do Rio de Janeiro, Lopes ingressou na magistratura do trabalho em 1989. Atuou em varas do Trabalho na capital, em Nova Iguaçu, Macaé e Nilópolis. Em 2003 foi promovido a desembargador do TRT da 1ª Região.

Ministério reconhece falhas na fiscalização de barragens

Na CPI de Brumadinho, representante da pasta de Minas e Energia disse que parâmetros usados não foram suficientes para evitar tragédias e que a Agência Nacional de Mineração precisa ser fortalecida

NA COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) de Brumadinho, a secretária-adjunta de Geologia do Ministério das Minas e Energia (MME), Lília Sant'Agostino, admitiu ontem que os parâmetros usados para a fiscalização de barragens no Brasil não foram suficientes para evitar as tragédias de Mariana e Brumadinho. A ruptura da barragem de Mariana, em 2015, provocou a morte de 19 pessoas. O desastre de Brumadinho, em janeiro, fez 232 vítimas confirmadas.

— O que usávamos de parâmetros tem que ser revisto. Isso podemos afirmar com toda a certeza, porque os parâmetros não conseguiram prever que isso ia acontecer. Foi negligência? Não. Foi falta de conhecimento do próprio setor — afirmou.

Lília reconheceu que a Agência Nacional de Mineração (ANM), criada em 2017 para fiscalizar o setor, precisa ser fortalecida. Ela disse, entretanto, que isso depende de mais recursos do Orçamento. Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) concluída em fevereiro classificou a atuação deficiente da ANM como uma situação crônica. Entre os problemas apontados, estão o quadro técnico deficitário e a limitação orçamentária.

— Infelizmente, a questão orçamentária não depende de nós. Depende do Ministério da

Economia — disse ela.

O relator da CPI de Brumadinho, senador Carlos Viana (PSD-MG), anunciou que vai incluir no parecer uma sugestão para fortalecer o trabalho da ANM. O relatório final deve ser lido no dia 2 de julho.

— Vamos sugerir que a CPRM [Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais], que estava no rol das empresas privatizáveis, seja agregada à ANM. A estrutura da CPRM é, quase em sua totalidade, o que falta à ANM. O TCU está com essa sugestão. Essa é uma decisão do Poder Executivo, mas vai constar do relatório — afirmou.

Viana criticou o comportamento da companhia Vale S.A., controladora das barragens que romperam em Mariana e Brumadinho. Para o relator, a empresa pautou-se apenas pelo lucro.

— Vimos uma grande preocupação da empresa em cumprir as normas vigentes, mas para não ser multada. Sempre que havia risco de multa, as coisas aconteciam. Se algo não era mandatório na lei, caía a prioridade e caíam os investimentos — criticou.

A presidente da CPI, senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), disse esperar que os responsáveis pelos desastres de Mariana e Brumadinho sejam punidos.

— Todo aquele cenário foi devastado porque técnicos não

fizeram o que deveriam fazer. Quem deveria supervisionar, não supervisionou. Quem deveria auditar, não auditou. Quem deveria laudar, não laudou. Tudo vira uma página passada, isso não é possível.

Manejo de rejeitos

O presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Wilson Nélio Brumer, defendeu mudanças no manejo dos rejeitos. Só em Minas Gerais, a mineração gera 500 milhões de toneladas de resíduos rejeitos por ano.

— No setor siderúrgico, há alguns anos, um grande problema era a escória de alto-forno. Formavam-se montanhas dela dentro das usinas. Até que, com desenvolvimentos tecnológicos, hoje essa escória é utilizada no segmento de cimento. Temos um grande desafio, não apenas com a guarda desses rejeitos, mas em como transformá-los em algo que crie produtos. Não existe uma solução, é um conjunto de soluções — afirmou.

O diretor do Ibram sugeriu a aprovação de uma legislação específica para o licenciamento ambiental de mineradoras, como ocorre nos setores de petróleo, gás e energia. Outra recomendação de Brumer é a definição de regras claras para desativar minas em operação no país.

— Como fechar uma mina após sua exaustão? Estamos falando de um longo período entre a geologia, a atividade mineral e a conclusão da atividade. Estamos falando às vezes de décadas. É preciso que haja muito planejamento. O fechamento de minas após a exaustão é um tema em que estamos ainda engatinhando. Essa discussão deve acontecer enquanto existe a atividade mineral, porque depois que acaba talvez já seja um pouco tarde — disse.



Senadora Eliziane Gama preside audiência na comissão

Leis não ajudam a combater desertificação, aponta debate

Especialistas nos biomas Caatinga e Cerrado debateram ontem formas de barrar o processo de



a usar o formato tradicional, como o pasto, onde ele não é a vocação natural.

O coordenador-executivo da Associação Caatinga, Daniel Costa, citou a distribuição de fogões a lenha menos poluentes, o uso de cisternas com placas para captação de água da chuva e a criação de abelhas.

O sócio da Cooperativa de Energia e Desenvolvimento do Alto Pajeú (PE), José Padilha, apresentou um sistema de captação de água do solo em regiões semiáridas por meio da gravidade.

O presidente da CMA, Fabiano Contarato (Rede-ES), pediu aos convidados que enviem sugestões de mudanças nas leis vigentes para priorizar a preservação e recuperação desses biomas. A audiência é parte dos debates promovidos pela comissão dentro da campanha "Junho Verde".

O presidente da CMA, Fabiano Contarato (Rede-ES), pediu aos convidados que enviem sugestões de mudanças nas leis vigentes para priorizar a preservação e recuperação desses biomas. A audiência é parte dos debates promovidos pela comissão dentro da campanha "Junho Verde".

O presidente da CMA, Fabiano Contarato (Rede-ES), pediu aos convidados que enviem sugestões de mudanças nas leis vigentes para priorizar a preservação e recuperação desses biomas. A audiência é parte dos debates promovidos pela comissão dentro da campanha "Junho Verde".

O presidente da CMA, Fabiano Contarato (Rede-ES), pediu aos convidados que enviem sugestões de mudanças nas leis vigentes para priorizar a preservação e recuperação desses biomas. A audiência é parte dos debates promovidos pela comissão dentro da campanha "Junho Verde".

Audiência: investimentos no Arco Norte podem baratear produção

A necessidade de garantir investimentos para o plano estratégico do Arco Norte foi defendida na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O plano visa integrar os portos e as estações de transbordo de Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão, região considerada fundamental para o escoamento da produção agrícola brasileira, com redução de custos.

Ontem, na audiência, o diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Adalberto Tokarski, afirmou que o Brasil exporta 40% dos cerca de 367 milhões de toneladas de soja produzidas no mundo.

— Qual é o futuro para o Brasil? Aumentar a exportação pelo Arco Norte, porque sai dos portos da Região Norte, que fica mais perto da Europa, do Leste dos Es-

tados Unidos e do Canal de Panamá, que foi duplicado. Aí você consegue chegar à China num custo menor — disse.

O escoamento eficiente da produção depende da integração de diversos modais de transportes, disse o representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) Luiz Guilherme de Mello. Ele disse que o órgão já está trabalhando para isso. Só nas rodovias, será investido mais de R\$ 1 bilhão

O senador Wellington Fagundes (PL-MT) destacou que, apesar de pequena, a infraestrutura já instalada no Arco Norte tem facilitado o transporte da produção.

Zequinha Marinho (PSC-PA), que requereu o debate, quer garantir recursos para o Arco Norte por meio da atuação na Comissão Mista de Orçamento (CMO).



Carlos Viana, Rose de Freitas e Lília Sant'Agostino durante audiência

Avança MP de auxílio a vítimas de Brumadinho

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem a medida provisória que destinou crédito extraordinário de quase R\$ 1,4 milhão para auxílio emergencial a vítimas do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG). A MP 874/2019 permitiu ao Ministério da Cidadania atender com R\$ 600 cerca de 2,3 mil beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) atingidos

pela tragédia. Lido pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DF), o parecer do relator, Carlos Viana (PSD-MG), recomendou a aprovação. O texto segue agora para os Plenários da Câmara e do Senado.

Outra proposta aprovada (PLN 6/2019) remaneja despesas e destina crédito suplementar de R\$ 236,6 milhões para custeio e obras das Justças Federal, Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Ter-

ritórios, para custeio no Ministério Público da União e para auxílio-moradia no Conselho Nacional do Ministério Público.

O último texto aprovado (PLN 7/2019) remaneja crédito especial de R\$ 301 mil para o pagamento de benefícios previdenciários no Tribunal Regional Federal da 3ª Região e para pensões no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás.

Da Agência Câmara.